Obra bem orientada para o fim que se destina, repleta de informes e acompanhada do opúsculo "Manual do Professor", que facilita bastante o "ensino dirigido".

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS

*

* *

BANDECCHI (Pedro Brasil). — *Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a nova Colônia do Sacramento, nas terras da Capitania de São Vicente, nas margens do Rio da Prata*. Separata da "Revista do Arquivo Municipal": vol. 181. São Paulo.

Com êste título, publicou-se em Lisboa em 1681 "com as licenças necessárias", importante opúsculo sôbre a Colônia do Sacramento, que o Professor Brasil Bandecchi, sabendo de sua raridade, teve a feliz iniciativa de publicar na íntegra, na *Revista do Arquivo Municipal,* de São Paulo. "Apresenta-se o trabalho — lembra Bandecchi — como a primeira justificação dos direitos da Corôa Portuguêsa no que se refere à Nova Colônia do Sacramento". E adiante: "O que se nota na *Justificação* é a preocupação em tornar bem evidente a posse continuada e na qual desponta a semente da aplicação do *Uti Possidetis,* instituto romano de Direito Civil num ajuste de Direito Público, que germinaria no futuro Tratado de Madrí". Bastaria esta observação para mostrar o interêsse do importante códice, que pertenceu ao Dr. Alberto Lamego e hoje encontra-se incorporado à biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

*

* *

DIAS (Manuel Nunes). — *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1775--1778*. Coleção da "Revista de História" XXXVII. São Paulo. 1971.

Temos o privilégio e a grata satisfação de assinar, para esta breve resenha, a propósito de uma das mais importantes contribuições à historiografia brasileira, da lavra do eminente Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, Titular de História da América, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (*A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1775-1778,* Col. da "Revista de História", XXXVII, São Paulo, 1971). Trata-se de um dos êxitos contínuos, que vêm pontilhando uma das mais brilhantes carreiras universitárias de docente e pesquisador, na mencionada Universidade.

Com efeito, desde a sua tese inicial, intitulada *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*, com que se doutorou em 1957, a sua trajetória intelectual assinala uma fase nova do Departamento de História da Faculdade a que êle pertence, fase marcada pelo aparecimento de sucessivas monografias, dêste e de outros autores, apoiadas em cuidadosas e extensas pesquisas arquivais, na trilha aberta pelo pioneirismo de Nunes Dias.

As obras do ilustre historiador são mais do que simples teses elaboradas para o preenchimento das exigências regulamentares a que se obrigam os candidatos ao *cursus honorum* da Universidade. São realmente subsídios de alto teor científico, para a bibliografia especializada, no campo da História Moderna da Europa, da América e do Brasil, caso da obra em apreço. E se distinguem, reiteramos, pela utilização da vasta documentação manuscrita em que se esteiam e que foi exaustivamente buscada em arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Venezuela. A essa considerável massa documental, somou o Autor bibliografias tão volumosas, quão selecionadas e, mais que isso, empregou todo êsse precioso material com o espírito crítico, a lucidez, a probidade intelectual, a originalidade interpretativa, que configuram o seu estilo pessoal de historiador, já coroado por um renome internacional mais que merecido.

Uma das novidades, no presente estudo, reside em ter o Autor considerado a Companhia Geral como instrumento de colonização e de fomento econômico, isto é, como organismo capaz de criar ou robustecer focos de vida humana, de produção e de progresso geral. Alarga-se, pois, a estreita perspectiva dentro da qual habitualmente se encaravam as Companhias de Comércio, a saber: simples agentes do mercantilismo colonial, no aspecto negativo e antipático do monopólio mercantil, fonte de reclamações e de revoltas, como a "Viradeira". Numa posição equidistante, entre denegridores e panegiristas, empreendeu ele o levantamento objetivo dos acertos e dos erros da Companhia, buscando restaurar sua verdadeira história.

Esta, porém, não é a única originalidade do Autor que, por outro lado, elegeu a mais ampla perspectiva histórica, como quadro conjuntural da sua problemática. Reiterando a larga concepção, que é uma constante em obras suas, relacionadas com o colonialismo português, o Autor situou os problemas que dilucida no contexto da economia atlântica luso-brasileira, como informa em sua Introdução (p. 19). Partindo, assim, da conjuntura da segunda metade do século XVIII, a época do "mercantilismo ilustrado" — para repetir um conceito do próprio Nunes Dias — insere êle sua reconstituição histórica, na quadra em que foi gizada a política do Marquês de Pombal, espírito dos mais representativos do reformismo setencista, formado à luz do nôvo pensamento político e econômico do Despotismo Esclarecido. Extremamente fértil essa posição metodológica de enquadrar em conjunturas, "na trama da vida de seu tempo", diz o Autor (p. 22), os fatos cuja compreensão se busca. Uma história de correlações, em vez da crônica dos acontecimentos isolados.

Notável igualmente a riqueza de informações que, entre outros exemplos, se patenteia no minucioso e paciente inventário da frota da Companhia e no exame do funcionamento da mesma, como veículo do tráfico ultramarino; aspecto pràticamente ausente, nos têrmos em que o abordou Nunes Dias, em obras dos que o precederam, ao estudar êsse organismo comercial. E, traço ainda mais original, o tratamento estatístico do material de natureza econômica, a feitura de tabelas, gráficos e outros subsídios, elaborados pelos mais seguros métodos da história quantitativa, em que o Autor se tornou um perito especialista.

Fixadas com mão segura e visão clara as características da variante portuguêsa do mercantilismo: um mercantilismo promotor da colonização agrária, que vinha dos tempos inaugurais, mas refletia-se ainda no sistema de exploração econômica fomentado pelas Companhias do século XVIII. O tráfico — sublinha o Autor — assentava na "grande produção de artigos tropicais mercantilizáveis" (p. 23). E nessa comercialização de produtos da terra, a metrópole portuguêsa era intermediária entre as praças européias e os mercados ultramarinos. Lisboa era encruzilhada e charneira entre os dois mundos econômicos. Daí, ser a política da Companhia uma política mais de transportes que de fixação. Política que se renovou e se ampliou com as emprêsas monopolistas do século XVIII, responsáveis pelo sistema de exploração ultramarina, cujo volumoso tráfico, que envolvia grandes interêsses nacionais e estrangeiros, ensejou a Portugal manter sua neutralidade ao longo do conflito anglo-francês, naquela centúria, conforme sustenta o Autor (p. 23).

Há quem veja nas Companhias um atraso da política colonial portuguêsa, em relação ao mercantilismo espanhol, na fase das reformas de Carlos III. Diversa é a abordagem do Autor, que explica o aparecimento das Companhias, como o expediente de que se valeu o govêrno português, para suprir a escassez de meios do Tesouro régio. Essas emprêsas monopolistas vinham mobilizar os recursos financeiros imprescindíveis à exploração dos domínios coloniais, que a Corôa não estava em condições de explorar diretamente. Cessão do monopólio régio, que se praticou desde os primórdios da colonização.

Não menos rica de significado é a idéia, sengundo a qual o despotismo político e a economia estatal, ou seja a onipotência do Estado e as Companhias monopolistas são fatos solidários, que se explicam mùtuamente, cooperando ìntimamente as duas instituições na renovação do mercantilismo português.

Estudada a estrutura jurídica da Companhia, a sua armadura administrativa, o Autor entrou a considerar os objetivos da emprêsa, o seu decisivo impulso às atividades produtivas, o que concorreu para modificar os quadros de uma acanhada economia quase só de subsistência, transformando-a numa economia de produções exportáveis em larga escala (arroz, algodão, cacau, café, "drogas do sertão", tabaco, açúcar, couros), que mudou a fisionomia sócio-econômica da Amazônia e

do Maranhão. E analisou miudamente o giro mercantil da Companhia, a sua frota em ação, as cargas transportadas, os balanços da emprêsa, para passar em seguida à sua política colonizadora, que não se limitou à defesa do patrimônio da Corôa, mas à efetiva apropriação da terra e humanização da sua paisagem. Em suma, do estudo institucional à dinâmica da Companhia em ação, até a extinção da mesma, sem prender-se ao aspecto da discussão em tôrno da validade ou da inutilidade das Companhias de Comércio, preferindo o Autor deter-se no terreno mais fecundo da "apuração e interpretação de dados concretos" (p. 27), em têrmos de história econômica.

Era natural que da construção e interpretação de um quadro histórico tão grandioso, como o que traçou, chegasse o Autor à formulação das relevantes conseqüências com que encerra a sua obra, tendo sempre em mira o alto escopo da explicação científica. E neste fecho se reafirma a riqueza de idéias do Autor, das quais realçamos as seguintes.

Primeiramente, lembra que para a Corôa foi permanente o problema de defender o seu patrimônio; e no caso das Capitanias do Alto-Norte, a ocupação da terra se baseara na mofina economia de exploração das riquezas florestais, de escassa atividade agrária, com aproveitamento da mão-de-obra indígena, em regime de escravidão. A presença dos jesuítas dificultava a ação dos colonos, mas também constituia fator de colonização.

Muda a feição dêsse quadro desde 1751, sob o consulado de Pombal e o govêrno de Mendonça Furtado, na Amazônia; entrava-se na éra de fomento da agricultura comercial. A introdução da mão-de-obra negra, a liberdade dos índios e a expulsão dos jesuítas eram medidas concordantes no contexto da administração pombalina. E ao lado das atividades econômicas já esmiuçadas, no corpo do livro, salientam-se outros aspectos da ação da Companhia, no tocante à defesa militar das áreas geo-econômicas do Norte, com que a entidade se mostrou capaz de ação política supletiva, complementando a ação da Corôa. A Companhia não sòmente valorizava a economia da imensa região e a internacionalizava, entroncando-a na dos mercados exteriores, mas também operava para que as Capitanias setentrionais se mantivessem incorporadas ao Brasil, como partes indivisíveis do patrimônio metropolitano e se capacitassem para uma existência mais próspera.

A uma obra que assim propõe problemática tão rica de conteúdo historiográfico, elaborada com rigor científico tão sólido e assente em documentação tão ampla e variada, cabem certamente as encomiásticas referências do seu prefaciador, o ilustre historiador patrício Arthur Cézar Ferreira Reis (p. 12), que aliás também enriqueceu a bibliografia histórica da Amazônia, com inestimáveis monografias, a propósito da colonização portuguêsa naquela região. E não há dúvida de que êsse "ensaio de exemplificação concreta", conforme o denominou o próprio Nunes Dias, será como êle almeja um poderoso estímulo a novas investiga-

ções, para melhor conhecimento do fomento ultramarino português, no século XVIII.

E não hesitamos em proclamar que esta excelente reconstituição representa valioso subsídio para o conhecimento não só histórico mas também geo-econômico do mundo amazônico, e sugere ter sido a política fomentista da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão como um antecedente do plano colonizador de nossos dias, dentro da corajosa política governamental de integração daquela área brasileira de dimensões quase continentais.

RAUL DE ANDRADA E SILVA

*

* *

BIRKHOLZ (Andreas). — *Österreich und Brasilien 1816-1831*. Augsburg, 1970.

No ano em que o Brasil comemora o sesquicentenário de sua Independência, impõe-se, entre tantas tarefas, o levantamento de tôda a bibliografia e documentação existentes a respeito do assunto, seja no próprio país, como no exterior.

Foi com êsse pensamento que surgiu a presente notícia e resenha bibliográfica. A obra supra-citada é uma dissertação para a obtenção do grau de Doutor na Faculdade de Filosofia da Universidade Ludwig-Maximilian (Munique, Alemanha). Tendo apresentado seu trabalho perante a banca em dezembro de 1969, já no ano seguinte era êle publicado em livro de 341 páginas, cuja tradução seria um inestimável serviço prestado aos que se dedicam, se interessam e estudam a História do Brasil.

No prefácio lê-se — traduzindo ao pé da letra — "o presente trabalho sôbre as relações entre Áustria e Brasil no início do século XIX, surgiu do desêjo de com isso contribuir para proporcionar conhecimentos sôbre uma parte do Nôvo Mundo, cuja existência no espaço de fala alemã é tão pouco conhecida".

A obra — resultado de pesquisa bibliográfica e de pesquisa em arquivos de Viena, Rio de Janeiro e Petrópolis — está dividida em nove partes, além da Introdução e das Fontes e Indicação Bibliográfica.

Na primeira parte é abordada a tão conhecida e discutida dependência portuguêsa em relação à Inglaterra. Como a preocupação com as relações anglo-portuguêsas e anglo-brasileiras, ofusca as relações com outras nações, o interêsse pela presente monografia é justificado.

Na segunda parte é focado o início dos laços de família entre Habsburgos e Braganças. Os esforços feitos pela Casa reinante de Bragança para, através do